



Proposição: MSGPC - Mensagem do Executivo

(Projeto de Lei Complementar)

Número: 004439/2021 Processo: 8992-00 2021

Parecer - Marcelo Peres Guerson Medeiros Diretoria Jurídica

PARECER Nº: 85/2021.

PROCESSO Nº: 8.992/2021.

MENSAGEM Nº: 4439/2021.

EMENTA: "Altera a Lei n° 12.325, de 20 de julho de 2011, a Lei Complementar n° 47, de 1° de julho de 2016, e dá outras providências".

AUTORIA: Poder Executivo.

I. RELATÓRIO

O llustre Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, solicita parecer acerca da constitucionalidade e da legalidade da Mensagem do Poder Executivo nº 4439/2021, que: "Altera a Lei n° 12.325, de 20 de julho de 2011, a Lei Complementar n° 47, de 1° de julho de 2016, e dá outras providências".

II. FUNDAMENTAÇÃO

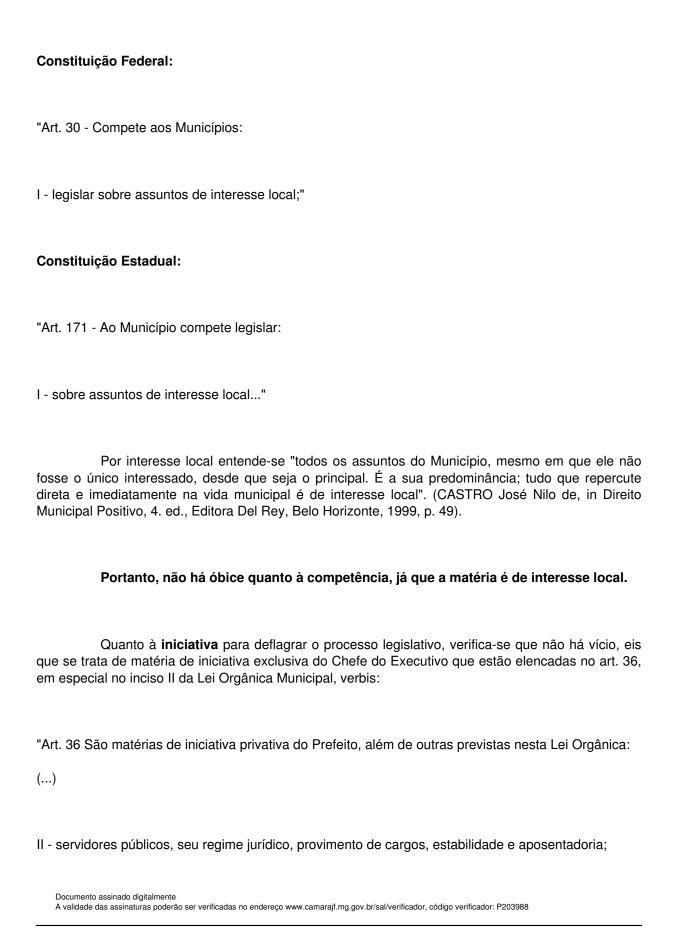
A Carta Magna e Mineira dispõem sobre normas que autorizam os Municípios a legislarem sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P203988











No que tange à repercussão da matéria em relação às finanças municipais, e por se tratar de assunto relacionado com receita municipal e planejamento orçamentário-financeiro, no qual envolve conhecimentos específicos sobre contabilidade pública e gestão fiscal, os dados constantes na Mensagem, cabe ressalvar que não nos permite averiguar se o Executivo atendeu às legislações afins, na medida em que este setor não dispõe de conhecimentos técnicos específicos para proceder à avaliação dos reflexos financeiros decorrentes do vertente projeto de lei.

Analisando os textos do §2º do art. 2º e §8º do art. 3º do Projeto de Lei, **ressalvamos que os termos "poderá ser", em ambos dispositivos**, estão concedendo discricionariedade ao Poder Executivo para decidir sobre a jornada de trabalho dos servidores públicos, **ferindo, portanto, o princípio da isonomia**.

Por fim, os dispositivos deverão ser alterados no sentido de vincular a Administração Municipal a conceder os mesmos direitos a todos os servidores que cumprirem as condicionantes expostas no projeto. Desse modo, o princípio da isonomia será preservado, conforme consta implicitamente no art 39 da CR.

III. CONCLUSÃO.

Ante o exposto, sem adentrarmos no mérito da proposição, arrimados nas disposições constitucionais, legais e doutrinárias apresentadas, concluímos que o projeto de lei é CONSTITUCIONAL e LEGAL, devendo, portanto, alterar os textos do §2º do art. 2º e §8º do art. 3º, conforme fundamentação acima exposta.

É o nosso parecer, s.m.j., que ora submetemos, à apreciação da digna Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa.

Palácio Barbosa Lima, 19 de maio de 2021.

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P203988





Marcelo Peres Guerson Medeiros Assessor Técnico Vitor Alex Pano

Aprovo o parecer em 19/05/2021 Vitor Alex Passos Diretor Jurídico

